

QUESTÕES ESTRUTURANTES DA CRISE NA EDUCAÇÃO

SANDRA DE SOUZA RAMOS

Graduação em História pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2005); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2015); Professora de Ensino Fundamental II e Médio na EMEF Francisco Alves Mendes Filho.



RESUMO

Periodicamente os estudantes brasileiros são avaliados por intermédio de avaliações internas nas redes públicas municipais, estaduais e federais. Essas avaliações oferecem material para que os governos tomem decisões sobre os mecanismos de aprendizagens utilizados no país. Resulta dessas avaliações medidas que promovam melhorias nesses mecanismos para que melhores resultados sejam alcançados. A avaliação PISA é um mecanismo de avaliação internacional que classifica os 79 países participantes de acordo com as notas alcançadas pelos estudantes em três disciplinas: leitura, matemática e ciências. Desde o ano 2000 os estudantes brasileiros participam dessa prova e são classificados entre os últimos países com pior nível de escolarização entre os participantes. Como reverter essa situação?

PALAVRAS-CHAVE: Professor; LDB; PNE; PPP; BNCC; Opinião Pública.

INTRODUÇÃO

A estrutura escolar é composta por organismos diversos com variadas atribuições que envolvem uma complexa rede de trabalho tanto material quanto intelectual. Entre tantos componentes dessa intrincada rede podemos destacar:

A estrutura física escolar composta por ambientes diferentes e montados de acordo com a proposta pedagógica local e os recursos disponibilizados pelo poder público abriga os anseios da comunidade local enquanto local de segurança, produção criativa de experiências, reprodução da vida em sociedade, execução de planos educativos etc.

O corpo docente da escola visa, entre tantas atribuições, dar significado ao conhecimento, oportunizar atitudes éticas e morais, criar canais de diálogo entre os discentes, formar pessoas

críticas, escolarizar os discentes, incluir as pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais, articular setores para promover conhecimento etc.

O corpo gestor visa prover as salas de aula de equipamentos necessários à execução da aula, construir espaços que favoreçam o conhecimento, criar espaços de apresentações e celebrações, oferecer aos docentes materiais para a execução de suas atividades, criar tempo para que os projetos aconteçam etc.

Ao poder público cabe estruturar o tempo de aula e definir quais disciplinas deverão ser oferecidas a cada ano de estudo, cabe também manter o corpo docente completo, manter as estruturas funcionando adequadamente, oferecer formação para os docentes elaborarem suas aulas utilizando novas teorias pedagógicas e seus métodos de avaliação, oferecer apoio para a inclusão de alunos portadores de deficiência etc.

Diante de todo esse aparato educacional emerge a relação entre professor e aluno e sua singular e complexa forma de ocorrer idiossincriticamente. Cada professor desenvolve ferramentas de trabalho diferentes de outro e até mesmo entre suas turmas escolares é necessário diversificar o método de ensino dadas as especificidades de cada turma e as necessidades principalmente de alunos portadores de necessidades especiais.

O poder público aplica avaliações periodicamente para aferir a qualidade da educação atendida pelas escolas públicas. Esses resultados ilustram o quanto todo o aparato escolar está sendo empregado de maneira adequada ou não.

Além das avaliações periódicas os estudantes também são submetidos a avaliações externas como a prova PISA que afere aspectos cotidianos de resolução de problemas em suas avaliações e categoriza os países de acordo com esses resultados.

Ao divulgar os resultados dessas avaliações o poder público oferece para a mídia brasileira e para a rede social rico material para reportagens que buscam localizar os responsáveis pelas péssimas colocações obtidas pelo ensino brasileiro nas classificações de provas internacionais.

Nesse processo a opinião pública passa a ser formada para desconsiderar o complexo aparato que envolve o processo de ensino aprendizagem reduzindo o debate sobre os fatores que de fato afetam a qualidade da educação para construir narrativas reducionistas que encerram qualquer tentativa de questionamento por parte da sociedade.

Como debater com as famílias dos estudantes os desafios reais enfrentados pela escola?

Como transmitir a complexidade dos elementos escolarizantes através das mídias? Como formar uma opinião pública mais próxima da realidade escolar? Como tornar a sociedade mais participativa na escola?

Esse ensaio se propõe a explorar este tema e oferecer alguns parâmetros para que esses desafios sejam superados.

QUESTÕES ESTRUTURANTES DA CRISE NA EDUCAÇÃO

O capítulo III da Constituição Federal determina em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (1988)

Trinta e quatro anos depois da promulgação dessa constituição um terço da população ainda não atingiu um nível mínimo de escolarização capaz de promover o exercício da cidadania nem mesmo a qualificação para o mercado de trabalho.

Concernente a educação o Brasil ocupa o 63º lugar no ranking do PISA (Program for International Student Assessment) entre 63 países que participam da prova que classificou a qualidade de ensino mundial em 2020. A décima segunda maior economia mundial com a décima quarta maior arrecadação de impostos ocupa a última colocação na maior aferição de qualidade de ensino do mundo.

Não obstante, os números apresentados pelo ENEM no ranking das melhores escolas são ocupados por escolas privadas, a maioria delas localizadas nas regiões sul e sudeste do país. As escolas com piores resultados são as públicas que se encontram nas regiões norte e nordeste.

Duzentos e quatorze milhões de pessoas vivem no Brasil de acordo com a última contagem do censo do IBGE de 2021. Desse contingente, treze milhões não sabe ler e escrever um bilhete simples. Aproximadamente nove por cento da população maior de quinze anos de idade. Não saber a codificação das letras alfabéticas exclui essas pessoas de acessar um universo de informações desde a leitura de uma bula de remédio até o transporte diário e sua locomoção no local onde vive, a comunicação de algum evento ocorrido na escola de seu filho ou o dia de tomar uma vacina ou uma medicação necessária a manutenção da sua saúde.

O mesmo censo anuncia que 27% da população brasileira é analfabeta funcional, ou seja, sabe ler e escrever um bilhete simples, porém não é capaz de interpretar um texto mais complexo ou um anúncio de jornal. São cinquenta e cinco milhões de pessoas que não sabe interpretar textos nem questionar a intencionalidade de uma propaganda de um produto ou uma reportagem que venha a camuflar uma série de informações pertinentes à uma formação crítica sobre algum assunto que afete diretamente sua vida.

Diante de tal conjuntura podemos deduzir que a qualificação para o mercado de trabalho está diretamente ligada ao fracasso no processo de escolarização pois apenas 24% da população brasileira com idade até 34 anos conquistou um diploma universitário. Essa estatística denuncia o quanto estamos aquém dos parâmetros estabelecidos pelas políticas públicas para alcançar melhores resultados na escolarização para a formação cidadã e para qualificação para o mercado de trabalho.

Quais os parâmetros governamentais para a melhoria na qualidade da educação do Brasil?

Nosso país dispõe de políticas públicas aplicadas à educação nas esferas federais, municí-

país e estaduais de ensino. A LDB – Lei de Diretrizes de Bases regulamenta a base da educação nessas três esferas, isso significa que é com base na LDB que são distribuídas as funções dos profissionais da educação e suas atribuições, dispõem também sobre o projeto político pedagógico das unidades escolares. (1996)

Para elaborar o projeto político pedagógico é necessário que o gestor escolar organize os projetos pedagógicos da escola respeitando as diretrizes propostas pela LDB e, para que tal gestão respeite a LDB é fundamental que ela seja democrática, ou seja, que o corpo docente esteja de acordo com o que nela for estabelecido.

O Art. 12, Incisos I a VII da LDB contém os princípios e delegações que se referem à gestão escolar nas unidades de ensino:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - acesso 14 nov. 2022).

O primeiro inciso que dispõe sobre a proposta político pedagógica propõe uma estrutura, ou escopo de trabalho que norteie não apenas o gestor, mas toda a equipe docente pois é o documento que planeja as atividades escolares bem como os conteúdos a serem aplicados durante o ano, formas de avaliação e calendário das atividades escolares.

O projeto político pedagógico é o instrumento de ação da escola que deve, segundo o inciso VI articular-se com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

O proposto no inciso VII do artigo 12 que discorre sobre informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica, sugere que o projeto político pedagógico deve prever a ação do corpo docente, da comunidade escolar e da gestão no sentido de promover o aprendizado e que, no final desse processo, esses componentes avaliem em conjunto o resultado desse projeto.

Para aferir os resultados do PPP é fundamental que a comunidade esteja presente na escola para avaliar se os resultados cumpriram com as determinações do PPP no âmbito escolar e nas habilidades alcançadas pelo corpo discente.

A LDB propõe um escopo daquilo que deveria efetivamente ser aplicado na escola: uma proposta político pedagógica discutida e elaborada pelo corpo docente juntamente com a comunidade num esforço coletivo em prol da educação e, no final do processo ser avaliada tanto pelo corpo docente quanto pela comunidade que colaborou na sua elaboração.

Assim como o artigo 12, o artigo 18 da LDB também orienta que sejam criados mecanismos de participação da comunidade na elaboração do projeto político pedagógico, nos incisos:

I - A existência de mecanismos de coparticipação na gestão das instituições de ensino, com representação dos segmentos que a integram, incluídos, no caso das instituições destinadas à educação e ao ensino de crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis;

1º - O cumprimento do disposto neste artigo dar-se-á com observância dos seguintes preceitos:

I - Existência de órgãos colegiados e conselhos escolares, com competência sobre o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;

III - Avaliação permanente da qualidade de serviços prestados e dos resultados das atividades educacionais oferecidas à sociedade;

V - Utilização de métodos participativos para a escolha de dirigentes, ressalvado o provimento de cargos por concurso público;

VI - Incentivo para a criação de associações de profissionais do ensino, alunos, ex-alunos e pais, além das de caráter acadêmico, assegurada sua participação nos processos decisórios internos das instituições. (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - acesso 14 nov. 2022).

Para que a haja a participação efetiva da comunidade no processo ensino aprendizagem, a LDB propõe que sejam formados colegiados e conselhos escolares que tenham por finalidade compartilhar o projeto político pedagógico entre o corpo docente e a comunidade.

Nas escolas da prefeitura a APM, Associação de pais e mestres, tem o objetivo de oferecer à comunidade a participação prevista na LDB

Cabe ao professor elucidar junto aos alunos que todo o conteúdo que a escola se propõe a ensinar deve ser apresentado e aprovado pela comunidade a que está inserido, desse modo a comunidade deve ser consultada antes que qualquer proposta pedagógica venha a ser implantada pela escola.

A LDB é a lei que orienta todas as esferas públicas de educação do país e, portanto, está na base do PNE, Plano Nacional de Educação que é um conjunto de leis mais específicas de cada esfera considerando cada segmento escolar e sua complexidade.

O PNE define as metas a serem alcançadas pelo governo na área da educação num prazo de dez anos e que deverão ser executadas de acordo com estratégias específicas. O PNE de 2014 com prazo para 2024 contem vinte metas entre as quais a meta de número 19 artigo 8 prevê desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Atualmente para acessar ao cargo de direção de escola é necessário que o candidato tenha formação acadêmica em pedagogia, um tempo mínimo de três anos de atuação na rede municipal ou estadual e algumas competências e habilidades necessárias a sua função. O PNE determina que o tenha comprovada sua experiência com gestão participativa da comunidade, isto é, que a comunidade comprove a eficácia do trabalho do diretor. Para tanto há que se implantar um sistema de participação mais ativo na escola pública, para que a comunidade possa ser capaz de aprovar um gestor escolar baseado na sua própria experiência como avaliador do trabalho do gestor ou do diretor escolar.

Nas esferas municipal e estadual a escola conta com os BNCCs Base Nacional Comum Curricular. São as diretrizes que devem seguir cada disciplina escolar visando desenvolver habilidades e competências com a finalidade de formar cidadãos capazes de potencialidades sociais e preparados para seguir uma carreira de trabalho.

Não basta visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. Isso coloca novas demandas para a escola. A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

Para tanto, é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas: a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados. (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> p. 27 - acesso 14 nov. 2022).

Para desenvolver saberes os BNCCs também propõem atividades interativas e dão sugestões de trabalho para os professores e gestores na tentativa de desenvolver habilidades e competências imprescindíveis para a formação de discentes atuantes não apenas para si como também para a comunidade onde estão inseridos.

Os BNCCs propõem não apenas a aquisição de saberes, mas a capacitação para que os estudantes sejam capazes de aprender a aprender utilizando os recursos e ferramentas necessários a isso, o que a psicogênese chama de metacognição.

Além do disposto na LDB, no PNE e nos BNCCs, o governo também ampliou muito os investimentos em educação nas décadas entre 2010 e 2020. Cada aluno da educação infantil custou ao Estado 3,7 mil reais por ano, do fund. I 4,3 mil e fund. II 4,4 mil reais por ano segundo o INEP entre os anos 2013 e 2015. O valor médio de investimento por aluno em 2002 era de 1,6 mil reais por ano, esse valor triplicou nas décadas entre 2010 e 2020 partindo de 1,6 mil para 4,3 mil reais por ano de investimento em cada estudante nas idades iniciais. Se considerarmos o aumento significativo do PIB deste período que subiu de 1,320 trilhão para 4,840 trilhões de reais no período demonstrando o aumento dos investimentos na área da educação. Os investimentos com a educação em 2014 somaram 150 bilhões de reais demonstrando como o governo deste período buscou alcançar os patamares previstos no PNE de 2014.

Entretanto ao aprovar o teto de gastos em 2016, o governo federal limitou os investimentos públicos na educação. Essa medida reduziu significativamente os investimentos governamentais com a educação que fechou o ano de 2021 com 118 bilhões de reais investidos na educação tendo diminuído em 32 bilhões de reais em relação a 2014.

Essa diminuição exponencial de investimento na educação ilustra a frase de Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”.

A escassez de recursos se desdobra em todos os componentes escolarizantes e perpassa toda estrutura escolar. Afetam a gestão pois sem recursos é impossível oferecer as condições materiais necessárias a qualidade da educação. Falta limpeza na escola, faltam materiais, os equipamentos quebrados viram sucatas, não são realizadas visitas para conhecimento do meio etc.

A falta de recursos também impacta no trabalho dos professores que não conseguem realizar planos pedagógicos sem materiais disponíveis. Suas aulas ficam limitadas e os estudantes se desinteressam pelos temas abordados em sala de aula.

Sem recursos as leis governamentais de planejamento escolar ficam presas nos papéis e perdem o significado pois não correspondem à realidade escolar. Nesse sentido qualquer discussão sobre o modo como a escola pode aplicar determinadas leis não são levadas a cabo pelos docentes ou mesmo pela equipe gestora pois não tem aderência com a realidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2013 e 2014 o governo federal destinou 150 bilhões de reais na educação. O resultado da prova PISA neste período classificou o Brasil no 53º lugar numa aferição que classificou 68 países participantes da avaliação.

Essa foi a melhor colocação do Brasil nesta avaliação desde os anos 2000 quando o país iniciou a aplicação dessa prova internacional.

Ao estabelecer o plano de metas da educação os PNEs o governo federal prevê a implantação e incremento de mecanismos que viabilizem e ampliem os processos de ensino aprendizagem. São propostas que estabelecem a valorização do ofício docente ao estabelecer mais tempo de planejamento de aula e melhor remuneração para os docentes. Visa também ampliar os recursos materiais oferecendo mecanismos que dinamizem a aula como mídias e internet para os docentes incrementar suas aulas.

Além desses planos os PNEs visam aumentar a participação da comunidade no processo de ensino aprendizagem propondo sua participação ativa na elaboração dos PPPs e nas avaliações dos processos de escolarização dos discentes.

A LDB visa garantir que os mecanismos materiais e intelectuais escolarizantes sejam oferecidos aos discentes cumprindo os critérios e diretrizes de qualidade que permita a formação cidadã e a qualificação para o mercado de trabalho de discentes de todo o território nacional assim como os conteúdos estabelecidos pelos BNCCs federais e locais.

Mesmo diante de leis como os PNEs, a LDB, os BNCC e a Constituição Federal estabelecendo diretrizes de métodos de implementação e de ampliação de mecanismos de ensino aprendizagem os resultados das provas internacionais demonstram que o poder público brasileiro não é

capaz de elaborar uma política pública que alcance os objetivos estabelecidos pelos documentos governamentais que visam formar cidadãos críticos e qualificar para o mercado de trabalho.

Ao lado das classificações internacionais o MEC estima que 29% da população brasileira seja composta por “analfabetos funcionais”. São pessoas que mesmo capaz de ler e escrever não tem a habilidade de interpretação de texto.

É fundamental que este percentual seja problematizado a luz dos variados fatores que implicam na escolarização de indivíduos. O sucesso no processo de escolarização decorre entre tantos fatores da eficácia dos componentes escolares, das condições materiais das famílias implicadas nesse processo e no potencial de aprendizagem dos indivíduos discentes.

Não obstante o caráter estrutural das famílias da classe trabalhadora depreendem que os adultos da casa trabalhem fora deixando atividades como os cuidados com higiene e alimentação ao cargo de filhos em idade escolar.

Além dos cuidados com a casa muitas dessas crianças precisam cuidar dos irmãos menores pois são famílias compostas por mães e avós que não permanecem em casa para essas finalidades.

73% das famílias brasileiras são sustentadas apenas pelas mães de famílias, sem a presença de um homem ou de outrem que contribua para os cuidados dos filhos e o sustento da casa, forçando que se estabeleça uma estrutura familiar apoiada em crianças em idade escolar que acumula as funções de cuidados com a casa e com os irmãos pequenos.

O acesso a saúde dessas famílias é precário dadas as condições de trabalho a que são submetidas essas mulheres mães de família. Depreende dessas condições a impossibilidade de faltar ou de chegar atrasada ao trabalho delegando os cuidados com a saúde de seus filhos aos maiores ou a algum familiar que esteja disponível num momento de emergência.

Estamos diante de pessoas que estão implicadas de tal modo em questões emergenciais de sobrevivência que qualquer tentativa de ampliar sua participação em processos como o de escolarização significa um avanço em seu escasso tempo de descanso, o que dificulta sua efetiva participação no processo de escolarização de seus filhos.

Diante dessa conjuntura precária como falar em tratamento psicológico? Fonoaudiológico? Dermatológico? Como falar de participação coletiva na construção do PPP?

O potencial individual de aprendizagem vai sendo constituído de maneira precária e compõem o contingente escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais. São autistas, portadores da síndrome de down, deficientes intelectuais, portadores de múltiplas deficiências que não encontram apoio nem familiar nem na rede de saúde de modo que mesmo que alguns tenham condições para melhoraria de seu potencial individual de aprendizagem eles são prejudicados pelas condições materiais objetivas decorrente de suas classes sociais.

Mesmo que todo o aparato escolar funcione é necessário que haja uma maior ampliar de direitos trabalhistas que favoreçam a participação das famílias na elaboração e acompanhamento

do projeto político pedagógico da escola.

Ao tentar abordar o fracasso escolar à luz de um ou outro componente escolarizante, a mídia e a rede social promovem um desserviço social pois eximem os componentes desse processo de suas atribuições legais e objetivas.

Ao considerar o fracasso escolar resultado de um corpo docente cansado, mal remunerado e descomprometido com a educação, a mídia e a rede social eximem as famílias, os discentes, o corpo gestor e o poder público de sua responsabilidade no processo de ensino aprendizagem.

Ao considerar a falta de investimento em saúde o principal responsável pelo fracasso escolar, a opinião pública exime o corpo gestor, os docentes, os discentes, as famílias e o poder público de seu compromisso com o processo de ensino aprendizagem.

É fundamental que a mídia e a rede social tratem o fracasso escolar como um conjunto de mecanismos complexos que combinados resultam nos números nacionais de analfabetismo funcional e nos internacionais como a classificação da prova PISA. O horizonte é transformar a educação pública no projeto a que a escola se destina: a formação de sujeitos históricos e sociais, atuantes e cientes da sua condição de cidadão, ser humano e principalmente, sujeitos de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GANDIN, L. A. **Para onde a escola está sendo levada? (ou: a escola pode ser levada para algum lugar diferente daquele que o projeto hegemônico quer?)**. Revista de Educação AEC. Brasília: v. 27, n. 107, p. 9-16, abri. /jun., 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. R. N. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

Índice PISA: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> - acesso 15 nov. 2022.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/06/29/brasil-ocupa-ultimo-lugar-em-educacao-entre-63-paises.htm> - acesso 14 nov. 2022.

Censo 2021:

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-populacao-brasileira.htm> - acesso 14 nov. 2022.

Pessoas com diploma universitário:

<https://www.metropoles.com/dino/ocde-aponta-que-21-dos-brasileiros-possuem-ensino-superior> - acesso 14 nov. 2022

LDB:

https://www.geledes.org.br/ldb/?amp=1&gclid=EAlaIqObChMI097ttrKu-wIVAdiRCh2U1AW8EA-AYASAAEgIndvD_BwE - acesso 14 nov. 2022.

PNE:

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> - acesso 14 nov. 2022.

Investimentos educação atual:

https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento_gh.html - acesso 14 nov. 2022.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> - acesso em 16 nov. 2022.

<http://pne.mec.gov.br/> - acesso 16 nov. 2022.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. - acesso 16 nov. 2022.

Analfabetismo funcional:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-10-10/em-uma-decada-taxa-de-analfabetismo-cai-de-164-para-109>. - acesso 15 nov. 2022.

<https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/> - acesso 14 nov. 2022.